

Nietzsche nas Relações Internacionais: O filósofo da tragédia no Sistema trágico

Nathan Hofmann dos Santos¹

Resumo: Este artigo possui o intuito de estabelecer um diálogo entre o pensamento do filósofo Friedrich Nietzsche e as teorias das Relações Internacionais, com ênfase na escola do realismo político. A filosofia nietzsiana critica o idealismo metafísico e a moralidade social, desenvolvendo conceitos como Übermensch, Vontade de Poder, Morte de Deus e Eterno Retorno, que encontram ressonância nas dinâmicas anárquicas e disputas de poder do sistema internacional. Essas ideias permitem associações e analogias contextuais com as Relações Internacionais. O objetivo deste estudo é correlacionar a filosofia de Nietzsche com o realismo político, explorando analogias que permitam compreender como os Estados, tal como os indivíduos na filosofia trágica, lutam pela superação de valores impostos, buscando autonomia e protagonismo em ambos os sistemas. Como método, o artigo realiza uma análise teórica comparativa, utilizando a filosofia nietzsiana para reinterpretar aspectos fundamentais do realismo político, como a luta por sobrevivência e influência em um sistema anárquico. Evidenciando a anarquia do sistema como parte essencial das relações entre os diversos atores, a disputa por influência e poder para garantir a sobrevivência, reflete a Vontade de Poder presente na filosofia trágica, onde ímpetos individuais e coletivos confrontam valores sociais. Estados, como indivíduos, enfrentam desafios que os submetem e inferiorizam, demandando rebeldia em busca de emancipação. Esse movimento é essencial para conquistar relevância econômica e política no sistema internacional, representando uma superação moral. Conclui-se que a integração das ideias de Nietzsche nas teorias das Relações Internacionais amplia as possibilidades de compreensão do realismo político, e atrelado a isso, implica a constatação dos indivíduos e dos Estados de sua realidade, motivando-os para a movimentação, até a obtenção de seu lugar de superação.

Palavras-chave: Sistema Internacional; Realismo; Vontade de Poder; Moral; Estado.

Nietzsche in International Relations: The philosopher of tragedy in the tragic system

Abstract: This article has the goal of establishing a dialogue between the philosophical thought of Friedrich Nietzsche and the theories of International Relations, with an emphasis on the school of political realism. Nietzschean philosophy critiques metaphysical idealism and social morality, developing concepts such as Übermensch, the will to power, the death of God, and eternal recurrence, which find resonance in anarchic dynamics and the power disputes of the international system. These ideas allow contextual associations and analogies with International Relations. The objective

¹ Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: nathanhofmann@id.uff.br

of this study is to connect Nietzschean philosophy to political realism, exploring analogies that allow the comprehension of how States, like the individuals in tragic philosophy, fight to overcome imposed values, searching for autonomy and protagonism in both systems. As a method, this article proposes a comparative theoretical analysis, using Nietzschean philosophy to reinterpret key aspects of political realism such as the fight for survival and influence in an anarchic system. Evidencing the anarchy of the system as an essential part of the relations between different social actors, the dispute for influence and power to guarantee survival reflects the Will to Power present in tragic philosophy, in which individual and collective impetus confront social values. States, like individuals, face challenges that subjugate and belittle them, and which demand rebellion in the search for emancipation. This confrontation is essential to the acquisition of economic and political relevance in the international system, representing a moral overcoming. This article concludes that the integration of Nietzsche's ideas into International Relations increases the possibilities of understanding political realism. In addition to this, it demands that we acknowledge the individuals and States of political reality, motivating them to move towards overcoming their challenges.

Keywords: International System; Realism; Will to Power; Morality; State.

1 INTRODUÇÃO

Visando explorar as interseções entre a filosofia nietzschiana e a teoria realista das Relações Internacionais, destaca-se como ambas as abordagens compartilham elementos em comum, voltados para a busca por poder, vontade e conflito. O princípio da filosofia de Nietzsche é a movimentação, o choque de forças e os eternos conflitos que permeiam a humanidade e seus membros. Questiona-se profundamente os valores, sentido e propósitos da vida do homem em sociedade, denunciando o vazio de valores universais, e reconhecendo o culto social a princípios ilusórios, o culto ao nada, o Nihilismo. O foco do filósofo se torna o indivíduo, mais especificamente na superação de seus próprios valores e o alcance de seu potencial individual. Assim, escreve para um público específico, um público futuro, o qual não estaria mais tão limitado, ou contaminado, pela nociva filosofia ocidental, até então presa à metafísica platônica e ao nihilismo. Nietzsche é um árduo crítico da metafísica desenvolvida por Platão, estruturada na concepção de um mundo material e fatalmente imperfeito, com a de um mundo imaterial e simplesmente completo; assim como questiona o nihilismo que nega a vida e o mundo ao seu redor, priorizando a vivência e a existência de uma realidade distante da palpável, uma realidade negativa, ao invés de enxergar, compreender e viver o mundo, e a realidade em que estamos expostos.

A teoria realista das relações internacionais é uma das abordagens mais duradouras e influentes no campo da política internacional, assim como a filosofia de Nietzsche. O realismo é uma teoria desenvolvida durante o século XX, cujo centro de sua discussão está para além da presença do Estado, mas sim para sua segurança. Sendo ele considerado um dos principais atores internacionais, está em constante momento de ameaça e incerteza em relação aos outros atores ao seu redor, devido à natureza de sua filosofia de interpretação da realidade, se inspirando no “Estado de Natureza” de Hobbes, no qual o egoísmo ético está presente entre todos os atores, propiciando que se choquem e se digladiem por seus objetivos próprios. Assim como os homens que desejam apenas a sua sobrevivência e ignoram os demais, sendo capazes de prejudicá-los para sobreviverem, tal filosofia é transpassada para a lógica estatal, fazendo com que a interpretação dos Estados no Sistema Internacional, segundo a lente teórica

realista, seja a existência em um ambiente hostil, em constante tensão.

Ambas filosofias podem aparentar serem distantes e não relacionáveis, mas através de uma análise profunda, é possível verificar elementos em comum (com muitas ressalvas devido a contextos históricos e focais temáticos diferentes), sendo o mais perceptível o embate de forças em Nietzsche e entre os homens em sociedade; no realismo, na relação dos Estados no Sistema Internacional, este sendo moldado pela disputa de poder, força e interesses nacionais de outras nações e de outras instituições, que usufruem de seu arsenal e poder estratégico próprio, se beneficiando da anarquia que os cerca. Esse vínculo entre essas filosofias ocorre pois ambas surgem como respostas críticas ao idealismo; a filosofia nietzscheana como uma resposta ao platonismo, e ao Idealismo Alemão, que buscavam respostas absolutas para a realidade, imaginando cenários que para Nietzsche não estariam ligados à realidade; enquanto o Realismo surgiria no período entre guerras, como resposta à crença da união dos “povos civilizados” em prol do bem coletivo, tendo muitos de seus princípios definidos através de Hans Morgenthau. Neste artigo, é realizada uma análise comparativa, utilizando a filosofia do filósofo trágico como um instrumento, uma lente, uma apropriação deste que escreve, para reinterpretar a teoria realista, destacando suas semelhanças e implicações no entendimento das dinâmicas internacionais.

Mesmo sendo possível a relação de sua filosofia com várias outras teorias das relações internacionais, o Realismo é a optada devido a diversos fatores. Inicialmente, devido a visão pragmática da moralidade entre as relações dos agentes internacionais, cujas ações são frutos de cálculos racionais, ignorando princípios morais, como Morgenthau pontua (Flynn, 2014; Morgenthau, 1993), e as organizações internacionais são instrumentos normativos do próprio sistema, similar a interpretação de Nietzsche em relação à moralidade cristã, a enxergando de forma cética e servindo como instrumento de inferioridade geral (Nietzsche, 1992; 2008). Junto a isso, a visão nietzsiana sobre o conflito, como essencial para a evolução e desenvolvimento dos indivíduos (Nietzsche, 2008), sendo crítico da existência de paz, indo de encontro com a descrença deste estado pacífico a partir dos teóricos do Realismo Clássico, como Paret; Howard; Von Clausewitz (1984), que enxerga o conflito como inerente ao Sistema Internacional.

Além disso, a visão sobre a natureza humana, desejante por poder para se impor

contrário ao Estado de Natureza selvagem do Homem (Hobbes, 1997), dialoga com a Vontade por Poder do filósofo, que para ele representa vitalidade e criatividade, sendo mais do que só a sobrevivência salientada pelo realismo (Morgenthau, 1993).

Para o filósofo alemão, o Homem é um ser pulsante, dotado de Vontade de Potência, assim sendo os Estados, dotados de desejos e vontades próprias; o Homem vive em uma sociedade moldada pela moralidade criada pelos superiores, que delimita e normaliza seu comportamento; o mesmo ocorreria na Sociedade Internacional, com normas estabelecidas pelas potências, constrangendo os outros atores. No entanto, ambos paradigmas reconhecem que a única constante é a busca incessante por poder e controle, em um sistema intrinsecamente desprovido de valores universais.

2 A VONTADE DE POTÊNCIA DIANTE DO SISTEMA INTERNACIONAL

Considerado um conceito ontológico, é o pilar de toda a filosofia moral do filósofo alemão. A Vontade de Potência é a roda motor da vida, não só orgânica, mas da vida como possibilidade existencial, se relacionando e se chocando com as diversas forças que compõem a própria realidade, sendo destacada como o impulso de expansão, de movimento, de ação e de dominação frente todas as forças, que não buscam o equilíbrio, sim a propagação, e está presente na mente do Homem, sendo repercutido nas decisões do Estado. No estudo da Ciência Política tanto no das Relações Internacionais existe um conceito frequentemente utilizado para compreender as interações políticas dos governantes com a administração do Estado. Surge no final da Idade Média o termo *Raison d'état*, o qual serviria para ilustrar as movimentações dos Estados-nações e de seus governantes, tanto na área internacional quanto na doméstica.

Norberto Bobbio em seu dicionário salienta que:

(...) a segurança do Estado é uma exigência de tal importância que os governantes, para garantir, são obrigados a violar normas jurídicas, morais, políticas e econômicas que consideram imperativas, quando essa necessidade não corre perigo. Por outras palavras, a Razão de Estado é a exigência de segurança do Estado, que impõe aos governantes determinados modos de atuar que se chocam entre si devido aos seus próprios anseios, que podem ou não serem conflitantes (Bobbio, 1998, p. 1076).

Partindo da percepção da realidade através da teoria realista, o Estado prioriza a sua sobrevivência e a conservação como tal, seja ao enfrentar uma ameaça interna, se utilizando de um aparato aqui legal e constitucional (Estado de Defesa e de Sítio), ou no âmbito internacional, entrando até mesmo em choque com outros atores quando necessário for.

A Razão de Estado dialoga com a Vontade de Potência em relação ao cumprimento dos anseios particulares dos atores nos quais são associados, apresentando semelhanças na visão de mundo do autor alemão e da teoria política. A vontade é exercida sobre outra vontade, e sua problemática não está no querer, mas sim na relação de uma comandar e outra ser comandada (Deleuze, 1976).

Embora anárquica, o Sistema Internacional possui um *status quo*, com potências regionais e internacionais impondo suas vontades sobre as outras. Aliás, é a anarquia a causa permissiva principal para esses choques de conflitos, pela ausência de uma autoridade governamental legítima para administrar as políticas dos atores internacionais (Levy; Thompson, 2010). Este vazio de poder, que não pode ser encontrado por muito tempo na política, é buscado para ser ocupado por todas as potências capazes e incapazes de comandar o Sistema. Pode-se observar o poderio estabelecido pelo Sacro Império Romano Germânico; que de Romano não havia nada, e que tampouco poderia ser considerado germânico; havia se mantido presente no desenvolvimento histórico da Europa por anos, tendo sua estrutura utilizada até mesmo durante o período “revolucionário” de Napoleão Bonaparte; após sua derrota, uma nova formação havia se levantado, um equilíbrio de poder entre Inglaterra, Rússia, Áustria e Prússia; criado para conter qualquer anseio expansionista francês; e a Confederação Germânica, feita para manter o centro europeu de forma fragmentada e fortalecida pelas potências periféricas (Kissinger, 1957). Tais arranjos foram feitos da percepção da incapacidade política de apenas um agente se destacar no meio desta multidão de vozes desejantes. Os ruídos expansionista e de poder se mantiveram vivos, mas para a sobrevivência das próprias nações, para aquele período, era sábio a permanência de um arranjo, para satisfazer temporariamente seus anseios e frear a de seu principal inimigo, constituindo o seu Império dos Fracos, que será explicado adiante.

Não se limitando ao passado longínquo, é verificável essa relação de forças em embate, e a solução “amarga” para a anarquia. Após a Segunda Guerra Mundial, os seus

combatentes “vitoriosos”, Inglaterra, Estados Unidos da América, URSS (agora como Rússia), França e China ocuparam de forma vitoriosa o controle do Sistema, através do assento permanente do Conselho de Segurança da ONU. Tal organização possui o objetivo de “zelar pela paz internacional”, concordando ou discordando de atitudes geradas por outros Estados, e autorizando, quando acharem necessário, intervenções militares, tornando-se aqueles detentores do poder intervencionista do Sistema.

O órgão é formado por 15 membros, com 5, já citados, possuindo o poder de voto, podendo bloquear as decisões intervencionistas (Council on Foreign Relations, 2023). Os EUA teriam utilizado tal recurso desde 1966 até 2022, um total de 85 vetos, ficando atrás apenas da Rússia, que teria utilizado até 1989, 121 vetos. Tais propostas rejeitadas são decorrentes de interesses conflitantes aos membros permanentes, com os Estados Unidos, que rejeitou propostas relacionadas ao Vietnã durante sua ocupação; o Reino Unido em relação à proposta das ilhas Falklands durante a guerra em que estava inserido; e a Rússia durante a guerra da Ucrânia na qual atua (United Nations, 2022).

Mesmo detendo um aparato com tamanho poder, são incapazes de se mobilizar em comum acordo para agirem por uma “agenda única”. Jamais poderiam, pois se mobilizam em decorrência da política interna, da sua soberania, respeitando acima de tudo a Vontade de Potência de cada um, e mesmo unidos a outros atores, fazem em decorrência dos benefícios nacionais adquiridos.

Para ilustrar o respeito à Vontade, o conflito entre Rússia e Ucrânia poderia ser utilizado como exemplo, já que, apesar das imposições internacionais, nada foi capaz de impedir a mobilização russa à Ucrânia no dia 24 de fevereiro de 2022 (Arabia; Bowen; Welt, 2023), se utilizando de todo seu arsenal bélico disponível, como uma forma de impedir a expansão da OTAN com a anexação da Ucrânia ao seu grupo.

Muitos teóricos argumentam pela existência de uma separação entre a política interna e a externa, mas para R.B.J.Walker, isso não ocorre. O papel distante da política externa em relação a interna é mantido através de uma invenção imposta pelo próprio aparato estatal, ou seja, a soberania (interna) acaba afetando as relações dos Estados no Sistema Internacional (externamente), sendo este um conflito de imposições chamadas de nacionais (Walker, 1991).

Assim, tais relações de poder dialogam bastante com a filosofia nietzschiana

através da análise crítica das relações internacionais, pois assim como os Estados, a Vontade de Potência busca a expansão e a concretização de seu poder, atravessando todas as estruturas, até mesmo aquelas consideradas “sagradas” e imutáveis, a clássica anarquia, que é mantida através do embate das diferentes soberanias dispostas.

3 A MORAL DO ESCRAVO E A MORAL DAS POTÊNCIAS

Nietzsche questiona a formação da moralidade, de onde ela vem e quem a avalia. Ele a interpreta pela perspectiva histórica, como uma construção relativa ao período que permeia, sendo estendida por toda a sociedade, subjugando todos ao seu redor. Sendo crítico da razão grega e da moralidade cristã, constituindo as influências que mais deturpam e limitam a natureza humana, repudia a sociedade dominada pela religião e a imposição de seus valores únicos, de moldes para a pluralidade populacional na qual ela reside, ignorando as diversas individualidades existentes, gerando uma moral aprisionante (Nietzsche, 1998). É através dessa moralidade que a humanidade é moldada, sendo rebaixada e embutida pelo ressentimento e culpa, frequentes na sociedade cristã.

A moralidade circunda a Sociedade Internacional, assim como na filosofia do trágico alemão. Não carregando em si um valor religioso, mas sim de uma normalidade a se seguir, ela é ditada pelas potências internacionais, que usam de sua própria Vontade de Potência para impor seus interesses. Essa dominação, imposição e conquista é chamada de Moral do Senhor; restando apenas para aqueles que são subjugados a Moral do Escravo.

...Para mim é claro, antes de tudo, que essa teoria busca e estabelece a fonte do conceito “bom” no lugar errado: o juízo “bom” não provém daqueles aos quais se fez o “bem”! Foram os “bons” mesmos, isto é, os nobres, poderosos, superiores em posição e pensamento, que sentiram e estabeleceram a si e a seus atos como bons, ou seja, de primeira ordem, em oposição a tudo que era baixo, de pensamento baixo, e vulgar e plebeu (Nietzsche, 1998).

Analizando através de uma ótica etimológica, o “bom” estava associado ao nobre, enquanto o “ruim” seria a sua oposição (Nietzsche, 1998, p 20.). São os campeões do jogo político que ditam os valores e modelos sob os quais devem ser exaltados, e quais aqueles que os outros atores devem seguir. O modelo político ocidental se tornou o ganhador, sendo o mais difundido pelas autoridades internacionais, mitigando qualquer comportamento que seria visto como diferente. Bárbaro, selvagem ou de segundo

mundo são apenas alguns nomes repetidos pelas “grandes democracias” para se referir àqueles que não teriam alcançado o seu “elevado nível.”

São utilizadas como meras normas de preservação da hegemonia dos Estados dominantes, conceitos generalistas como os de Direitos Humanos, criados em um contexto histórico revolucionário francês; conceitos de Democracia, se espelhando no padrão ocidental liberal; e no conceito de Paz, preso a um idealismo de contenção de conflitos, tipicamente racionalista. Os próprios Estados que advogam por estes padrões a serem seguidos, os violam constantemente, como os EUA e sua relação caótica e desumana com as crises migratórias do México, com centros de detenção de crianças com instalações precárias (UC San Diego, p. 11, p. 18, 2024); o mesmo país exerce crítica constante ao modelo “antidemocrático” da China, Rússia e Hungria, ou fala de promover a paz quando o mesmo teria ultrapassado o dobro as proporções de armamentos vendidos internacionalmente (CRS, 2024).

Além da utilização de conceitos criados por e baseados em si, usados de forma vazia e voltados aos seus interesses, a Moral do Senhor pode ser testemunhada através do aparelho da Mídia, que divulga internamente e internacionalmente a sua superioridade frente todos os outros Estados ao redor, usando de todo seu “Sharp-Power” disponível, ou seja, de todos os instrumentos legais para desviar e manipular as informações que a nação vítima receberá da nação manipuladora, construindo uma visão positiva sobre tal política interna (Walker, 2018), proporcionando à Moral do Escravo um lugar de apoio, de submissão, que não visa superar o seu mestre, mas sim existir como seu subalterno (Nietzsche, 1998), completamente persuadido. Uma moralidade para todos os homens, uma moral de rebanho, golpeando a singularidade de cada um dos indivíduos, limitando-os a uma moralidade absoluta, carregada de um discurso de bem-estar comum, sendo nada mais do que simples egoísmo de seus impositores (Nietzsche, 1992). No Cristianismo, o “bom” fiel seria aquele que segue os princípios morais da Bíblia e defende seus valores, que como Nietzsche afirma, não contribuem para o desenvolvimento do homem, pois o limita à submissão e silencia seus desejos, prendendo-o à moralidade, que beneficia aqueles que o dominam. A Moral do Escravo imposta para a sociedade é uma verdadeira manifestação contrária à própria natureza humana, pois é movida por um ideário comportamental e social.

Para o Realismo, a sobrevivência do Estado só seria possível com o acúmulo de

poder, e o domínio cultural seria uma dessas formas. Hans Morgenthau, teórico realista, afirma que o poder pode abarcar tudo que estabeleça e mantenha controle do homem sobre o homem, englobando todos os relacionamentos sociais (Morgenthau, 1993), fazendo o domínio sociopolítico dos outros povos ser possível e essencial.

Enquanto a sociedade cristã busca limitar a mentalidade e os anseios da população através de sua moralidade, os países dominantes buscam rotular e sentenciar aqueles que se colocam contrários a eles, e cabe aos bem-aventurados de parcerias político-estratégicas se colocarem contrários aos seus impositores.

4 DA ORDEM MUNDIAL E O ÜBERMENSCH

Dentro do Sistema Internacional existem aqueles que gozam de uma posição de prestígio e de maior poder sobre as outras nações, ditando as regras do jogo político. Estes poderosos formam a Ordem Mundial, submetendo os outros atores a sua influência, tornando-os subalternos. Para o filósofo alemão, a moralidade é criada pelos fracassados, que ironicamente, dominam as mentes da sociedade.

Assim fazem os homens fracos, impondo a sua pequenez sobre todos os outros, como fica implícito nos textos do trágico, “sua submissão, humildade, prudência, esforço, consideração e pequenas virtudes” (Nietzsche, 2012, p. 282) para a humanidade, silenciando os homens contrários a esse comportamento generalizado, os ditos maus, os que enxergam a decadência que permeia a sociedade. Eles bravejam: “não existem homens superiores, somos todos iguais, um homem não é senão um homem perante Deus – somos todos iguais!” (Nietzsche, 2012, p 281). Dizem os fracos, que seriam para Nietzsche aqueles que possuem essa crença dita como “amigável” e “solidária”, mas que utilizam deste discurso pois escondem dentro de si complexos não trabalhados, desejos reprimidos e não realizados, (Nietzsche, 2008, p. 38, 39) imbuídos na missão de “contaminar” todos ao seu redor com a mesma falha, falando de Deus, que agora já está morto. Estes princípios, que normalmente seriam interpretados como respeitáveis e admiráveis pela sociedade, são para Friedrich Nietzsche a representação da decadência humana. Fraco, para ele, está relacionado aos princípios da moralidade impositiva.

4.1 O SISTEMA SEM DEUS

Zaratustra, o sábio de Friedrich Nietzsche, anuncia a morte de Deus após se encontrar com um pastor que estava próximo da caverna da qual ele saiu (Nietzsche, 2012). Sem Deus, não existiria mais um juiz da vida, um objetivo único para se seguir. A morte de um agente de controle e domínio central para a sociedade ocidental possui um grande peso e relevância para a filosofia do poeta trágico, assim como para a construção da Teoria Realista.

A ausência de uma autoridade no Sistema Internacional remete ao vazio sentido pelo mundo sem o seu “deus”. Sem um árbitro moral, o Sistema se torna um palco para os Estados imporem suas vontades de dominância, até constituírem seus impérios de ‘homens fracos’.

Este mundo de fracos de que Nietzsche fala em suas obras dialoga com o mundo regido pelas potências internacionais, que se empenham em aumentar o seu poder, consequentemente aumentando a sua zona de influência, seja culturalmente, economicamente, politicamente ou até mesmo territorialmente, como Martin Wight relatou em *A Política do Poder* (Wight, 2002), impondo seu poder e desmotivando a rebelião a ele, para desfrutarem da sua posição de *Hegemon*, tão comentada pela Teoria da Estabilidade Hegemônica, oriunda do Realismo clássico, para preservarem seu Império dos Fracos, um mundo em que apenas estes dominam.

Para ilustrar a perpetuação de seu poder, comentam sobre as benesses da sua presença e da manifestação de seu poderio, como o discurso do presidente Barack Obama em 2010, em que alegava a presença americana no Afeganistão como uma forma de “proteger os cidadãos afegãos” (Obama White House, 2010); ressaltam o fardo do homem branco de proteger e educar as outras nações; ou constroem aparatos para influenciar por dentro a percepção da população estrangeira e sua mentalidade para irem de encontro com os interesses da nação impositiva, como o *Office of Coordinator of Inter-American Affairs* na América Latina na Segunda Guerra Mundial (Tota, 2000).

A hegemonia é a estratégia de controle das nações desenvolvidas militarmente e economicamente sobre as carentes destas capacidades. Na filosofia, tal homem diminuto precisa ser superado (Nietzsche, 2012) através da compreensão de seu

mundo, de sua realidade, abolindo o mundo dos dualismos, da metafísica, para estabelecer novos valores, ficando com apenas o mundo da superação, o mundo do Übermensch.

4.2 A SUPERAÇÃO

O Übermensch é a superação do homem, é aquele que desafiou a mentalidade cristã, não sendo mais domesticado (Nietzsche, 2012), abandonando o título de pecador que a Igreja colocou sobre ele. É um ser independente, liberto. Na política internacional, poucos Estados são capazes de desfrutar desta “liberdade”, devido às limitações históricas do próprio processo de acúmulo de riqueza do capitalismo, gerando desigualdades estruturais, tais nações se constituem como Estados periféricos ao redor do polo altamente industrializado e economicamente desenvolvido.

Para o destaque e desenvolvimento de uma potência dita “atrasada”, de “terceiro mundo”, é preciso uma obtenção de relevância e protagonismo internacional, coisa que poucas nações não europeias teriam conseguido alcançar, como os EUA, o Japão (até a Segunda Guerra Mundial) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Como citamos os EUA, sua trajetória foi única, e embora tenha sido reconhecido como independente pela sua antiga metrópole, a Inglaterra em 1783, até o final do século XIX, os EUA não tinham capacidades para se impor para além do seu entorno regional, tendo um destaque internacional durante seu apoio à guerra hispano-americana de independência de Cuba, ganhando possessões espanholas das Filipinas e de Porto Rico, além da possessão ultramarina de Guam (OFFICE OF THE HISTORIAN). O surto de industrialização adquirido na guerra civil possibilitou que acumulasse vantagens econômicas, tornando-se o principal produtor mundial de manufaturados, equipamentos elétricos e máquinas agrícolas, além da facilidade de exportação de milho, trigo, cereais e farinha devido a revolução dos meios de transporte dos EUA, barateando o deslocamento destes produtos (Kennedy, 1989).

No entanto, foi apenas no fim da Segunda Guerra Mundial que o local de destaque e poder dos EUA foi consagrado. Com a degradação da Europa durante a guerra, o Sistema Internacional estava livre para outros atores disputarem por sua hegemonia, e assim se impôs a nação americana pelo domínio do Sistema em embate com a oponente soviética.

Já no caso japonês, conscientes das diversas intervenções do Ocidente, e com medo de sofrerem da mesma forma que a China teria sofrido com as Guerras do Ópio (Landes; Mokyr; Baumol, 2010), o Japão precisou se modernizar para manter sua autonomia, e assim o fez a partir da Revolução Meiji, sem modificar as suas estruturas político-sociais, pois não era do seu interesse desenvolver uma ocidentalização no processo (Omena; Silva, 2008). Assim, partindo de um lema desenvolvimentista, “nação rica, exército forte”, diversas mudanças foram iniciados na área econômica e social. Na área social, aboliu as classes sociais e investiu na criação de diversas escolas e universidades imperiais. Na área econômica, implantou uma nova legislação comercial, instaurou uma moeda e um Banco nacional.

Além disso, contou com os *Zaibatsu*, conglomerados industriais familiares, descendentes dos shoguns (Landes; Mokyr; Baumol, 2010). Tais conglomerados foram de extrema importância para financiar o exército japonês para seus objetivos expansionistas, e para a própria estrutura econômica da nação, tendo sido reorganizado, desconcentrando seu poder econômico e proibindo a formação de trustes, ao invés de ter sido completamente destruído após a invasão americana (Bijos, 2016). Essa reorganização seguia uma lógica liberal do setor financeiro, em que grandes acionistas seriam responsáveis pela administração destas empresas familiares (Bijos, 2016). Mesmo após tantos conflitos, o Japão em 1968 teria conquistado a posição de segunda maior economia do Mundo (Gao, 2001).

Embora tenha sido por um curto período, pois as taxas de desenvolvimento econômico e relevância internacional do estado japonês teriam caído logo após os anos 70, embora sua cultura seja um forte *soft power*, capaz de ser utilizada para a obtenção de benefícios políticos (Walker, 2018), sua trajetória seria uma evidência da possibilidade de destaque internacional, mas não superação da ordem regente. O destaque do Japão da Era Meiji até o “boom econômico” é bem diferente do caso da União das Repúblicas Socialistas, que ocupou uma posição internacional de destaque por um longo período até a sua degradação em 1990.

O Império dos czares era uma das nações militares mais poderosas, tanto que havia participado da Grande Guerra que atraia toda a Europa. O desgaste causado pela guerra deixava ainda mais claras as discrepâncias sociais entre as diferentes classes daquele território, tendo os nobres o gozo de uma boa condição de vida, enquanto os

camponeses não, ainda que constituíssem 80% da população (Servent; Hecht, 2014). Com a revolução de 1917, a Rússia atraía a atenção e o temor das outras nações do mundo, ainda mais com o advento da Segunda Guerra Mundial, e a ameaça da possível aliança com a Alemanha Nazista contra os Aliados (Kennedy, 1989).

Durante o período da Grande Depressão, a produção de manufaturados soviéticos se expandiu, contribuindo para a renda nacional, colocando a produção industrial da URSS ao fim de 1930 superior a da França, do Japão, da Itália e se igualando ao britânico (Kennedy, 1989). O fator revolucionário da União Soviética consiste na capacidade de gerar uma revolução que teria quebrado com a estrutura social e desenvolvido um outro modelo econômico dentro de sua nação, ao mesmo tempo que se propagava no âmbito internacional, ao seu redor com a guerra de inverno em 1940 (Briggs, Clavin, 1997) e internacionalmente durante a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, rivalizando com um país que havia desenvolvido sua indústria décadas antes, e naquele momento impulsionaram conflitos ao redor do Sistema Internacional por procurações. Eis aqui o *Übermensch* russo.

Através dos exemplos anteriormente citados, podemos inferir a raridade e as especificidades existentes para o surgimento de tais atores globais até o papel de destaque internacional, seja através de revoluções internas ou através dos benefícios adquiridos pelos contextos históricos presentes. Uma das alternativas para alcançar um papel de superação seria a cooperação entre os países periféricos, a cooperação Sul-Sul, que é vista como uma proposta alternativa de desenvolvimento frente às potências, uma tentativa de subversão da Ordem Mundial. Diferentemente da cooperação verticalizada entre Norte-Sul, a relação entre os do Sul é reconhecida por ser horizontal e focada na mitigação de problemáticas e desigualdades específicas destas regiões, se utilizando dos conhecimentos provenientes do Norte (Caixeta; Menezes, 2021).

A cooperação entre os países em desenvolvimento possui uma função estratégica de questionamento do modelo atuante, mas não se limitando a isso, a uma função de desestabilização do *status quo*, não devendo se alojar ou se estabilizar em um local confortável à ordem vigente, um local destinado a ela. Para o pleno desenvolvimento de uma potência oprimida, é mister que o modelo anterior seja “martelado”, superado, não sendo substituído por um outro que mimetiza a estrutura anterior. Em *Crepúsculo dos Ídolos* (2008, p. 24), Nietzsche diz que: “Não há como

superar o niilismo e a influência do Cristianismo apenas com a proclamação de uma nova doutrina". Assim, para ultrapassar a ordem vigente, para sobrepor a pequenez que a sociedade imbuiu ao homem (ou as obrigações que a Ordem Mundial impôs aos Estados), é preciso superá-lo, transvalorizar os antigos valores – Valores, estes, morais, os quais são relativos ao ambiente em que estão dispostos, e são repassadas gerações adiante, perpetuando relações de dominador e de dominado –, aproximando-se assim do *Übermensch*.

5 O ETERNO RETORNO E A ARMADILHA DE TUCÍDIDES

O filósofo trágico critica a concepção histórica vigente, sendo fruto de uma visão cartesiana, que visa dominar a história e agrupá-la de forma linear em uma certa “ordem”, de forma progressiva. Evidencia-se a influência de uma filosofia cristã de começo, meio e fim, intuída por uma providência, um historicismo ligado apenas aos acontecimentos relevantes ao homem, interpretando a realidade sobre a lente vigente. (Nietzsche, 2012)

Ao se desligar desse período histórico e todas as concepções atreladas a ele, Zaratustra conseguiu obter sua elucidação. Partindo de um arquétipo de um sábio esotérico, Nietzsche cria seu Zaratustra, como aquele que após se “agnosticar”, desenvolver o *agnos*, o conhecimento, se propôs a repassar sua sabedoria para a humanidade. Em seus ensinamentos, questiona o dualismo existente entre os homens, assim como a incapacidade de lidar com o desagradável, o sofrimento, criando seres que evitam conviver com o desconhecido, com o oculto. Para melhor compreender tal conceito, Zaratustra questiona aqueles que o escutam (Nietzsche, 2012): “Tudo de novo, tudo eternamente, tudo encadeado, emaranhado, enamorado, oh, assim amais vós o mundo, – vós, eternos, o amais eternamente e a todo tempo: e também a dor dizeis: passa, mas retorna. Pois todo prazer quer – eternidade!”

Essa eternidade induzida se atrela ao Eterno Retorno, um conceito que busca criticar a Cultura Ocidental, que é estruturada sobre fundamentos cristãos, e almeja questionar o ouvinte frente a possibilidade da permanência eterna dos fatos, preso na recorrência dos mesmos acontecimentos (Nietzsche, 2012), tendo surgido primeiramente em 1882 no aforismo 341 do livro *A Gaia Ciência* (2019). A linear concepção de tempo, dividida em Passado, Presente e Futuro, com uma maior atenção

ao futuro, para aquilo que virá, aquilo que será colhido, no pós-presente, nos pós vida, negando o atual, o presente, e consequentemente, negando a vida; é desfeita quando um simples questionamento é elaborado:

E se um dia, ou uma noite, um demônio te segue em tua suprema solidão e te dissesse: "Esta vida, tal como a vive e já viveu, terá que viver mais uma vez e inúmeráveis vezes; e não haverá nela nada de novo, pelo contrário! A menor dor e o menor prazer, o menor pensamento e o menor suspiro, o que há de infinitamente pequeno em tua vida retornará e tudo retornará na mesma ordem – essa aranha também e esse luar entre as árvores e esse instante e eu mesmo! A eterna ampulheta da vida será invertida sem cessar – e tu com ela, poeira das poeiras!" Não se jogarias no chão, rangendo os dentes e amaldiçoando esse demônio que assim falou? Ou talvez já tenha vivido um instante imenso para lhe responder: "Você é um deus e nunca ouvi coisa tão divina!..... Você viveria sua vida mais uma vez e outra, e assim eternamente? (Nietzsche, 2019, p. 341).

Provocando um sentimento de pavor ou de alegria para os questionados, colocando o "aqui-agora" como um momento chave incondicional, não ofertando nenhuma promessa ou algo a colher em nenhum futuro, pois os momentos estariam fadados a se repetir, e o "agora" retornaria a ser o presente infinitas vezes.

Embora seja um imperativo existencial, um conceito filosófico provocativo, injetando um ímpeto questionador e um desejo de mobilização para aquele que fora provocado e repudia cogitar repetir tal vida eternamente; é possível analisar historicamente a realidade sobre uma visão cíclica, embora o termo não se atenha a cumprir tal objetivo, assim como Tucídides havia feito.

Graham T. Allison é o cientista político responsável por popularizar o termo "Armadilha de Tucídides", a partir do militar e historiador de mesmo nome. Tal teoria defende choque fatal entre potências emergentes e potências em domínio, se utilizando de diversos exemplos históricos (Costa, 2018).

A França como potência dominante frente a ameaça dos Habsburgos na primeira metade do século XVI; o já consolidado Habsburgo contra o Império Otomano no século XVI e XVII; o Reino Unido contra a estabilizada França no final do século XVII e XVIII; passando para a modernidade, o embate entre a Alemanha contra o domínio europeu; o embate entre o consolidado EUA contra a União Soviética (*ibidem*, 2018); para a atualidade, entre os EUA e a antagonista potência da China. (Council on Foreign Relations, 2023 p. 24)

Torna-se evidente para o cenário internacional esses suscetíveis embates de

forças entre as potências dominantes contra as em ascensão, fruto da própria manifestação das Vontades das nações, de forma cílica e constante. Claro que cada um desses conflitos foi deflagrado de formas diferentes, devido a causas diferentes que os permeavam, embora fossem embates entre potências, e não existiria um fatalismo rondando as relações no Sistema Internacional, mas tal imperativo de T. Allison serve para evidenciar a recorrência de certos padrões no decorrer da história, que embora possam intercalar entre períodos de transição bélica ou não em cada uma de suas aparições, possuem uma única semelhança causal: A dinâmica da busca pelo poder.

Outros estudiosos chegariam em possíveis interpretações. Através de suas análises, o geógrafo Halford John Mackinder identificou uma oposição entre diferentes forças que se chocariam, logo após o declínio do Concerto Europeu, identificando um concerto global (Sempa, 2002). Tais forças apresentariam uma oposição em relação a sua zona de dominância estratégica, sendo um choque entre potências terrestres e potências marítimas (Mello, 1997). A sua teoria se utiliza de vários exemplos históricos, como o do poder continental grego contra o marítimo persa; o embate naval ateniense contra o terrestre espartano; e o embate da potência marítima inglesa contra a terrena francesa, dialogando com a teoria realista clássica, assim como Graham Allison.

É considerado como anárquico por definição, ou seja, sem uma hierarquia no comando, o que não impede que haja disputa e/ou dominação do Sistema Internacional, em uma rota de embate constante, em que diversos atores se digladiam ciclicamente. O Sistema é palco de "Uma luta infinidável por poder" (Morgenthau, 1993) entre os atores. Assim é proposto o Eterno Retorno, um ciclo sem fim de ação e reação, que apavora e deprime alguns, enquanto estimula e cativa outros a sua modificação.

6 A TRAGÉDIA DO SISTEMA E DO FILÓSOFO

A Tragédia para o filósofo não possui o significado que utilizamos corriqueiramente. Para Nietzsche, o trágico é uma força motora, uma força criadora. Segundo Piccoli (2012, p. 82) "O trágico se inquieta, resiste e luta contra o que estiver lhe oprimindo. É só experimentando o sofrimento que os homens aprendem o sentido da alegria."

Através da tragédia, o homem é capaz de buscar a exaltação da vida, ao invés de negá-la com os antigos valores. "O artista trágico não é pessimista – ele diz justamente

sim a tudo questionável e terrível, ele é dionisíaco..." (Nietzsche, 2008, p.40). O trágico reconhece as mazelas da vida, mas não se submete a elas e se estagna, pelo contrário, prioriza a sua movimentação.

A política possui uma moralidade própria, pois ela é fruto do manuseio do poder, lida intimamente com os Estados, e para tal, não deve se ater à moralidade popular. Assim pontua Maquiavel no Príncipe, evidenciando uma discrepancia entre a moral exercida pelo príncipe e a cotidiana dos plebeus, reservando ao Estado uma moral utilitarista regente. Portanto, o politólogo ressaltou:

...Um príncipe, e especialmente um príncipe novo, não pode observar todas as coisas a que são obrigados os homens considerados bons, sendo frequentemente forçado, para manter o governo, a agir contra a caridade, a fé, a humanidade, a religião. É necessário, por isso, que possua ânimo disposto a voltar-se para a direção a que os ventos e as variações da sorte o impelirem, e, como disse mais acima, não partir do bem, mas podendo, saber entrar para o mal, se a isso estiver obrigado (Maquiavel, 1973, p.80).

A tragédia permeia as relações dos Estados no Sistema Internacional, induzindo-os a optarem pelas ações "desagradáveis", pouco "populares" para se manterem no jogo político, sendo obrigados a escolherem as práticas de "mal menor" (Morgenthau, 1993, p. 181), visando a defesa de seus interesses e o desenvolvimento de sua própria nação, possibilitando, em momentos interessantes aos envolvidos, parcerias entre eles.

Se afastando de um idealismo político, Estados se "aliam a outros devido aos interesses próprios, não possuindo amizades ou alianças permanentes, tampouco inimigos permanentes, apenas interesses", como lorde Palmerston havia pontuado (Reino Unido, 1848). Desta forma, seria "trágico" (ou triste), no sentido popular, a situação na qual os Estados estão sujeitos e suas tomadas de decisões, por não serem capazes de seguirem preceitos morais, ou por optarem por medidas simplistas. Embora vivam tal realidade, é testemunhável a relação "trágica" nietzsiana a qual vivem, pois não embarcam em um niilismo negativo, de negação da ação por não possuírem poder de agir de forma idealista, de poder mudar a realidade, pelo contrário, os atores internacionais reconhecem o sistema no qual vivem e buscam impor seus posicionamentos, independentemente de terem maior ou menor influência política, buscam maior projeção, buscam poder. Se quando Deus é declarado morto, e nenhum sentido ou ordem divina ou autoritária passa a existir no mundo, segundo os críticos ao pensamento nietzsiano, restaria apenas ao homem *Übermensch* a superação de si. Já

aos Estados, os do Sul Global, principalmente, ao perceberem a submissão às teorias, conceitos, autores e saberes da Europa, restaria-lhes (saindo da área do realismo político e complementando-o através das Teorias Críticas das Relações Internacionais) a ação, um giro decolonial, uma produção de interpretações próprias de mundo, através de autores que se propuseram a tal empreitada, tais como Enrique Dussel e Aníbal Quijano, no seu grupo de análise sobre a Modernidade e a Colonialidade (Caixeta, 2018), dentre vários outros.

Desta forma, o pensamento de Nietzsche contribui para a mobilização dos atores subjugados do Sistema Internacional, motivando-os para a movimentação e superação, exercendo a tragédia nietzschiana, e contemplando o termo da tragédia cotidiana, por serem obrigados a optarem por medidas “moralmente” não agradáveis, evidenciando as necessidades próprias da política, arranjos para a sobrevivência e para o alcance de seus objetivos, não sendo esta considerada uma prática boa para todas as pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de ser ampla e possuir diversas vertentes, diversos paralelos são possíveis de serem estabelecidos entre a raiz do realismo, com muitas ressalvas, e a filosofia nietzschiana. Em ambos a tragédia se torna presente como um fato existente nas relações entre os atores, evidenciando a existência de um mundo dotado de diversos anseios e posicionamentos, sejam eles políticos ou não, assim como das devidas consequências.

O princípio adotado pelo Estado no Sistema Internacional se assemelha àquele adotado pelo Homem. O poder absoluto do princípio transgride a lei, assim como a Vontade de Potência humana, que busca transgredir a moralidade reinante, que para Nietzsche é a moralidade cristã, responsável por submeter e sacrificar a liberdade e o orgulho do espírito (Nietzsche, 1992). Ambos os poderes priorizam sua satisfação própria, sua sobrevivência. O caos reinante de um mundo sem um deus, embora seja direcionado ou administrado, possui padrões de repetições ao longo da história, fruto do embate de poder entre as Vontades de Potência/ Razão de Estado de cada ator, ocasionando um ciclo de repetições recorrentes, dialogando com o Eterno Retorno. Se no mundo de Zaratustra Deus está morto e caberia ao homem superar todos os valores que o constituíram até a revelação do falecimento do ser divino, no mundo da política,

essa ausência de uma autoridade mobiliza os agentes a ocuparem este espaço, a serem os novos deuses do sistema.

Na filosofia de Nietzsche a análise do tempo não é uma preocupação. A principal crítica sem mantém sobre a metafísica-cristã de tempo, como uma forma de atingir a Metafísica, atingindo uma de suas bases, a realidade, e seu senso de mudança, de alteração e obtenção de algo, de um futuro. Este futuro seria brilhante, inovador, e frutífero, indo de encontro com a noção de progresso da modernidade e as promessas do cristianismo. Se na filosofia de Nietzsche, o Eterno Retorno se concentra em ser uma provocação, neste trabalho, funciona como uma alegoria de uma análise histórica, em que novos atores buscam ocupar posições de destaque na estrutura internacional, devido ao vazio de dominância no sistema.

Para a obtenção desta bênção, a elevação de domínio, embates são ocasionados entre potências estabelecidas e as em ascensão. Para alcançar ou se aproximar de nações que estão no centro do capitalismo, tais Estados necessitam ultrapassar a moralidade reinante, ultrapassar a Moral do Escravo que a eles é confiada. É o ímpeto da Vontade que não pode ser contido, é a necessidade e o desejo das nações de se expandirem e obterem um local de destaque regionalmente ou internacionalmente. Suas economias necessitam de outros recursos ou parceiros, alternativas, para obterem maior relevância. Alternativas para isso são diversas, desde a subserviência à potência “benevolente”, ou uma política “altiva” e associada a parceiros horizontais.

Embora não tenha se preocupado em desenvolver uma filosofia política, torna-se possível estabelecer paralelos através de certos elementos de sua filosofia com a teoria das Relações Internacionais. As críticas de Nietzsche a sua sociedade se tornam pertinentes e contemporâneas devido a elementos e estruturas que se mantiveram intactos desde a sua crítica até o desenvolvimento da teoria realista. Essa percepção ocorre devido ao enfoque na materialidade histórica de análise do realismo, presente também na filosofia de Nietzsche, que rejeita a transcendência e a metafísica na interpretação do homem e da sociedade, podendo acoplar o filósofo como um influenciador, embora não intencionalmente, da Teoria Política do Realismo.

REFERÊNCIAS

ARABIA, Christina L.; BOWEN, Andrew S.; WELT, Cory. **US Security Assistance to Ukraine [February 27, 2023]**. Congressional Research Service, 2023.

BIJOS, Leila. Finanças públicas e intervenção estatal no Japão. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, v. 7, n. 1, p. 39-69, 2016.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, SP, Vol. 1, 1998.

BRIGGS, Asa; CLAVIN, Patricia. **Historia contemporânea de Europa 1789-1989**. Espanha: Grupo Planeta (GBS), 1997.

CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012.

CAIXETA, Marina Bolfarine. Por uma teoria latino-americana das Relações Internacionais: contribuições dos Estudos de Área. In: **Anais do 4º Seminário da Associação Brasileira de Relações Internacionais**, ABRI, Seminário 2018, 2018.

CAIXETA, Marina Bolfarine; MENEZES, Roberto Goulart. Desafios atuais para a cooperação sul-sul: as desigualdades e o sul global. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 10, n. 20, p. 486-518, 2021.

COSTA, Hugo Bras Martins da. Destined for War: Can America and China Escape Thucydides's Trap?. **The Brazilian Political Science Association**, 2018.

IKENBERRY, G. John. The rise of China and the future of the West: Can the liberal system survive? **Foreign Aff.**, v. 87, p. 23, 2008.

DELEUZE, Gilles. **Nietzsche e a Filosofia**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.

FLYNN, Curran. **Hans Morgenthau's scientific man versus power politics and politics among nations**: a comparative analysis. PhD thesis, London School of Economics and Political Science, 2014.

GAO, Bai. **Japan's economic dilemma**: the institutional origin of prosperity and stagnation, New York: Cambridge University Press, 2001.

HOBBES, Thomas. **A dialogue between a philosopher and a student of the common laws of England**. University of Chicago Press, 1997.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências**: Transformações econômica e conflito militar de 1500 a 2000. Rio de Janeiro: Editora Campus, No. 2, 1989.

KISSINGER, Henry. **A world restored**: Metternich, Castlereagh, and the problems of peace, 1812-22. United Kingdom: Pickle Partners Publishing, 1957.

LANDES, David S.; MOKYR, Joel; BAUMOL, William J. **A origem das corporações**: uma visão histórica do empreendedorismo da Mesopotâmia aos dias atuais. Rio de Janeiro: Campus, 2010.

LEITE, Eliathan Carvalho. Moralidade e religião em "O príncipe de Maquiavel". **Último Andar**, v. 24, n. 37, 2021.

LEVY, Jack S.; THOMPSON, William R. **Causes of war**. Nova Iorque: John Wiley & Sons, 2011.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Tradução de Lívio Xavier. São Paulo: Abril Cultural, Coleção Os Pensadores, v. 9, 1973.

MELLO, Leonel Itausse Aumeida. **Quem tem medo da geopolítica?**. São Paulo: Hucitee Edusp, 1997.

MORGENTHAU, Hans. **Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace**. New York: McGraw-Hill, 1993.

NIETZSCHE, Friedrich. **Além do bem e do mal: Prelúdio a uma filosofia do futuro**. Tradução, Paulo Cézar de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1992

NIETZSCHE, Friedrich. Assim falou Zaratustra. Tradução. Carlos Duarte e Anna Duarte. São Paulo: Editora Martin Claret Ltda, 2012

NIETZSCHE, Friedrich. **A Gaia Ciência**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2019

NIETZSCHE, Friedrich. **Crepúsculo dos Ídolos**. Tradução Antônio Carlos Braga. São Paulo, Editora Escala, 2008

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da Moral: Uma polêmica**. Tradução, notas e posfácio: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

OFFICE OF THE HISTORIAN. **The Birth of Superpower**. 1989. Disponível em: <https://history.state.gov/departmenthistory/short-history/superpower>. Acesso em 16 junho 2023.

OMENA, Luciane Munhoz; SILVA, Altino Silveira. O Estado Meiji e a religião shintô. **Revista do Núcleo de Estudos de Religião e Sociedade (NURES)**, n. 09, 2008.

PARET, Peter; HOWARD, Michael; VON CLAUSEWITZ, Carl. **On War**. Princeton: Princeton University Press, 2008.

PICCOLI, Luiz Felipe H. A potência do trágico em Nietzsche. **Revista Trágica: estudos sobre Nietzsche**–2º semestre de, v. 5, n. 2, 2012.

REINO UNIDO. Primeiro-Ministro (1859–1865) Treaty Of Adrianople—charges Against Viscount Palmerston, Casa dos Comuns, 1 de março de 1848. Disponível em: <https://api.parliament.uk/historic-hansard/commons/1848/mar/01/treaty-of-adrianople-charges-against>. Acesso em 29 maio 2023.

SEMPA, Francis P. **Geopolitics From the Cold War to the 21st Century**. New Jersey, EUA: Transaction, 2002.

SERVENT, Pierre; HECHT, Emmanuel. **O século de Sangue 1914-2014**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

SILVA, Antunes Ferreira da. Nihilismo e Ética: A "Filosofia do Nada" em suas relações

com o agir humano. In: NETO, Dionizio Manoel; RODRIGUES, Valter Ferreira. **Filosofia: Um Olhar Sobre a Educação a Ética e a Linguagem**. Campina Grande: EDUFCG, 2013.

THE UN SECURITY COUNCIL. **Council on Foreign Relations**, 2023. Disponível em: <https://www.cfr.org/backgrounder/un-security-council>. Acesso em 19 de abril de 2023.

TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor: A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

UC SAN DIEGO, U.S. Mexico Security Cooperation 2018-2024. School of Global Policy and Strategy University of California San Diego, 2024

UNITED NATIONS. **Report of the Open-ended Working Group on the Question of Equitable Representation on and Increase in the Membership of the Security Council and Other Matters related to the Security Council**. General Assembly Official Records Fifty-eighth Session Supplement No. 47 (A/58/47), 2004. Acesso em 16 junho 2023.

WALKER, Christopher. What Is "Sharp Power"? **Journal of Democracy**, v. 29, n. 3, p. 9-23, 2018.

WALKER, Robert BJ. State Sovereignty and the Articulation of Political Space/Time. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 20, 1991.

WIGHT, Martin. **A Política do Poder**. Brasília: Editora UnB, 2002.